

AS QUESTÕES DA EDUCAÇÃO SOCIAL FRENTE AO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO X TRABALHO

Maria Sara de Lima Dias¹

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam. (Freire, 1996, p. 60).

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre as questões da educação social tomando o paradigma da educação versus o trabalho. Toma como referencial o pensamento de Freire onde tarefa dos educadores é a de mudar o mundo para que os obstáculos das condições sociais não se eternizem, a questão da educação e sua base deve tratar das relações entre as pessoas e suas condições de vida. A questão do trabalho está diretamente relacionada com a emancipação humana, dá-se através da produção social da existência dos homens. O trabalho envolve a educação como uma força capaz de ajudar o homem a trilhar os caminhos de sua emancipação. Assim educação necessita de ética porque está fundamentada em valores e também de técnica porque deve oferecer os frutos esperados pelos indivíduos e pela sociedade no sentido de promover a cidadania. O sujeito deve aprender significativamente para si e para o mundo, passando pela consciência de sua realidade coletiva. Se o objeto da educação é transformar a realidade os sentidos da acumulação de diferentes saberes devem fornecer diferentes pistas e perspectivas de trabalho e futuro para os sujeitos.

Palavras-chave: Pedagogia. Ética. Trabalho. Educação Social.

ABSTRACT

This article reflects on issues of social education by taking the paradigm of education versus the work. It takes as reference the thinking of Freire where the task of educators is to change the world for the barriers of social conditions is not forever, the issue of education and its base must address the relationships between people and their living conditions. The issue of work is directly related to human emancipation, is given by the social production of human existence. The work involves education as a force capable of helping the man to walk the path of emancipation. So education has to be ethical because it is founded on shared values and also because the technique should provide the expected results for individuals and society to promote citizenship. The subject must learn significantly for themselves and the world, through the consciousness of their collective reality. If the object of education is to transform the reality sense of the accumulation of different knowledge should provide different options and prospects for future work and the subjects.

Key words: Pedagogy. Ethics. Work. Social Education.

¹ Psicóloga. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Psicologia Social e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC especialista em Pedagogia Social pela Universidade Católica do Porto. C-eletrônico: msaraddias@gmail.com

INTRODUÇÃO

Para refletir sobre as questões da educação social tomando o paradigma da educação x trabalho, convém lembrar a participação da educação como promotora da transformação histórica social dos homens. Resgatando Freire (1996), tendo em vista a tarefa de como educadores mudar o mundo para que os obstáculos das condições sociais não se eternizem.

Em primeiro lugar, existe um ordenamento legal da educação, em cada época traz suas recomendações e preocupações com o desenvolvimento humano e social. Neste sentido as transformações porque tem passado a escola no século XX afetam não só os processos educacionais, mas todas as relações sociais. Particularmente no que tange aos processos de trabalho, estas transformações têm provocado incertezas, angústias e inúmeras indagações sobre o futuro desta sociedade e dos homens que necessitam do trabalho como fundamento para garantia de sua sobrevivência.

Quando se pergunta educar para que? Essa pergunta tem pelo menos algumas respostas que tendem ao consenso entre os que trabalham na área educacional: para capacitar as pessoas a viverem melhor, para produzir benefícios sociais, para atender as necessidades que tem ou aquelas da sociedade por meio de sua própria atuação (Botomé, 2006). Portanto entre as questões da educação social, a questão de sua base deve tratar das relações entre as pessoas e suas condições de vida. São ingredientes fundamentais para orientar sua maneira de pensar e viver e compartilhar seus valores para efetivar o potencial de desenvolvimento humano, considerando tais valores cumpre olhar o ser humano como um sujeito de perfectibilidade, educabilidade e liberdade (Baptista, 2007).

Em segundo lugar a educação pretende transformar os conhecimentos disponíveis em comportamentos, instrumentos ou ferramentas que permitam ao homem modificar o seu meio e sua realidade. Segundo (Baptista, 2007, p. 147) “Seja qual for o seu contexto de realização, a educação define-se como uma prática antropológica de caráter intencional, correspondendo sempre a uma intervenção deliberada no processo de desenvolvimento humano”. Esta prática educativa visa efetivar modificações de comportamento, como preconiza a pedagogia social, aprender na e com a vida (Azevedo, 2007) é fundamental que o homem tenha interesse em aprender e apreender os valores necessários para a desejada melhoria das condições de vida no planeta.

Uma questão fundamental da educação social é capacitar as pessoas a viverem e constituírem uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Gomes (2000) o tronco comum dos valores adotados pelos países membros das Nações Unidas, indicam que a liberdade e a igualdade em direitos e dignidade para todos os homens são os valores basilares da educação, neste sentido a educação é um direito de todos.

Portanto, uma questão fundamental da educação social é capacitar as pessoas a viverem e constituírem uma sociedade mais justa e igualitária, neste sentido a aprendizagem ao longo da vida tem sido no plano europeu, no campo das políticas públicas da educação, o paradigma com mais capacidade mobilizadora (Azevedo, 2007). Distingue-se, no entanto que além ser um direito de todos deve ser um dever do Estado promover o acesso das pessoas tenham acesso à educação.

No Brasil, é prioritária uma reforma no sistema de ensino, que permita o acesso às classes menos favorecidas com um aumento significativo das oportunidades escolares, para todos os níveis de ensino, desde a educação básica e primária, até o ensino superior. Uma dimensão essencial para pensar a educação é a questão do acesso, como direito fundamental de todas as pessoas e ao longo de toda a sua vida (Baptista, 2007). Porém não basta o direito e tampouco o acesso à educação sem o resgate dos valores básicos, atribuídos à própria ação educativa integrando o contributo dos saberes acadêmicos com a vida cotidiana dos sujeitos.

Para que a experiência educacional seja valorizada, é de grande importância que os conhecimentos teóricos ou práticos adquiridos possam ser vividos e compartilhados pelos sujeitos que aprendem. É na articulação de saberes que a educação pode resgatar seu valor, para além da produção de diplomas, e de certificados. Existe, pois uma indústria da educação que levam os jovens a buscar conquistar diplomas cada vez mais elevados com o objetivo de melhorar suas chances de inserção profissional. Quando o saber se torna ação prática e permite o acesso do sujeito à vontade de saber é possível superar as dificuldades existentes entre os valores proclamados pela educação e os valores vividos. A evolução da educação social é o aprender a conhecer que possibilita criar uma realidade de aprendizagem significativamente melhor.

A educação pode ser um veículo de transformação social, mas é flagrante nestes tempos de competitividade econômica, que ocorre um empobrecimento do produto educacional, muitas vezes sendo valorizado a quantidade em detrimento da qualidade do ensino em todas as instituições da educação formal e mesmo informal.

São as condições materiais de ensino que promovem: relações problemáticas entre professor aluno, salários precários para os agentes educadores, falta de material adequado para o ensino. Evidenciam crises entre os conteúdos ministrados nas aulas e o cotidiano vivido pelo aluno, o que muitas vezes motiva a evasão escolar. No caso brasileiro mesmo um rendimento suplementar, chamado bolsa escola não tem garantido a permanência dos alunos no sistema de ensino. (Educação Já, 2008).

**Mais do que compreender a crise do ensino é necessário
planejar e executar ações para corrigir o percurso de todo um
sistema, pois o mesmo tem apresentado falhas que atingem a todas
as classes sociais.**

Outro elemento além da falta de preparo do profissional da educação para lidar com uma realidade complexa e contraditória, é a condição econômica, pois muitas vezes a sobrevivência do núcleo familiar é garantida pelo abandono da escola e pelo trabalho precoce e desqualificado. Como resgatar os valores do ensino, se nem os professores ou profissionais da educação tem estes valores em sua conduta diária. Convém sublinhar que tal crise do ensino no Brasil é histórica, para Ferreti (1997), é resultante, de uma organização econômica social que por um lado postula a necessidade das pessoas terem uma escolaridade cada vez maior, e por outro lado as impede de terem acesso e oportunidades igualitárias e adequadas de aprendizagem.

O sistema econômico vigente rouba as possibilidades de atualização do potencial humano, como sujeito de perfectibilidade e liberdade além de propagar a destruição dos valores morais e éticos nas relações interpessoais. Várias contradições cercam o sistema educacional e deixam marcas indesejáveis não só na queda do nível de qualificação do aluno que resulta em um baixo rendimento geral, mas no seu comportamento em relação aos seus semelhantes. Marcas que não se apagam facilmente e que prognosticam um futuro preocupante de um individualismo exacerbado com um esvaziamento dos padrões éticos dentro da própria escola.

Mais do que compreender a crise do ensino é necessário planejar e executar ações para corrigir o percurso de todo um sistema, pois o mesmo tem apresentado falhas que atingem a todas as classes sociais, desde os mais favorecidos com o acesso ao ensino até os mais desfavorecidos pelo sistema econômico. Os objetivos do ensino devem ser estruturados para ajudar as pessoas a descobrirem ações ou condutas que possam ser mais significativas para lidar com a realidade onde vivem e a educação ao longo da vida é uma estratégia fundamental, ainda não implementada pelas políticas públicas.

A educação social deve ter como ênfase a cultura e a história de vida das pessoas e a seguir a estratégia do acesso ao ensino de qualidade para ter a qualidade da aprendizagem, para favorecer o desenvolvimento humano. Para (Vigotski, 2000) o aspecto fundamental do desenvolvimento humano é considerar a história e a cultura como constituintes do humano. Todos os valores humanos se dão a partir da relação que se estabelece entre as pessoas, ou seja, pode-se afirmar que o social e o cultural constituem duas categorias fundamentais na aprendizagem destes valores.

Envolve, portanto dimensões intersubjetivas, a educação modifica a vida dos indivíduos, porém deve se sempre levar em consideração a força dos determinantes e condicionantes sociais. Mesmo porque, a educação oficial diz respeito a uma forma de integração dos indivíduos às estruturas sócio políticas para a sua manutenção (Freire, 1987). O papel da educação é compreender o processo educativo no âmbito da sociedade e na transformação global desta, e tal papel passa pelo acesso a oportunidades educacionais que se transformem em desenvolvimento significativo para o indivíduo e para a sociedade.

Observamos em declarações internacionais sobre a educação, horizontes a serem atingidos de bem estar social e futuro, que nas comunidades locais se encontram muito longe das práticas diárias das pessoas. Por isso ao resgatar as questões da educação social são muitas as oportunidades de trabalho: a educação das minorias, o compromisso em eliminar qualquer forma de discriminação, a educação em todos os níveis, promover o respeito por todos os povos, culturas e civilizações, a educação para os índios, para os excluídos. Gostaria de sinalizar especialmente que muitas das políticas públicas acenam sobre o paradigma que se situa entre a educação e o trabalho.

Ao pontuar a relação entre educação e trabalho cumpre resgatar o Relatório Delors (2000) de que é preciso dedicar atenção aos pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. Uma questão central da educação social e que envolve a todos os que trabalham em projetos sociais com esta

temática deve ser o aprender a fazer: preparar o aluno para colocar em prática os conhecimentos e adaptar a educação ao trabalho futuro.

A questão do trabalho está diretamente relacionada com a emancipação humana, dá-se através da produção social da existência dos homens. Portanto a questão do trabalho envolve a educação como uma força capaz de ajudar o homem a trilhar os caminhos de sua emancipação. Por outro lado, porém a nefasta realidade do desemprego que atinge todos os países do mundo tem preconizado o egoísmo, e o isolamento como forma de garantir a sobrevivência do homem em um mercado de trabalho extremamente competitivo. Para Ferreti (1997), no caso brasileiro, além dessas questões, deve ser considerado, com cuidado, o papel que, historicamente, a maior parte dos empresários vem desempenhando nas relações com o trabalho. Infelizmente a tendência predominante tem sido a predatória. Os mentores e os adeptos dos novos paradigmas produtivos negam enfaticamente tal prática em seus discursos, embora a realidade se encarregue de desmenti-los. Se essa prática prevalecer, certamente dificultará as tentativas de formar profissionais para enfrentar os desafios e as questões que lhes são colocadas hoje e, mais ainda, para atuarem como cidadãos no seu sentido pleno e não apenas na concepção pragmática veiculada pelos novos discursos.

Um dos elementos centrais da temática da aprendizagem encontra neste campo de ação a questão do trabalho relacionada diretamente com a missão da educação. Que deve contribuir para que cada ser humano aprenda a viver com os outros, a tornar-se cidadão, pleno de seus direitos e de deveres, membro de uma comunidade (Azevedo, 2007, p. 8). Assim deve estar comprometida com a busca de maior igualdade social e manutenção do equilíbrio nas relações entre o homem e a natureza.

No campo do trabalho a educação deve abrir espaço para o exercício da cidadania e da solidariedade através do outro e com o outro. O trabalhar junto com outros atores sociais deve ser prioritário, assim como zelar pela manutenção da ética nas relações humanas (Baptista, 2005). Contudo apostar unicamente na educação para o trabalho do futuro pode implicar o risco de equívoco e insucesso, já que mesmo países com indicadores de elevada escolaridade no mundo vivem um quadro de recessão econômica e social. Assim, ao falarmos de escola, cabe perguntar: A que escola nos refere? Para que tipo de inserção ocupacional? Passamos a abordar a relação entre educação e trabalho que emergem neste contexto a partir de artigos produzidos no Brasil que problematizam esta temática.

1 EDUCAÇÃO E TRABALHO

A tese generalizada de que o avanço educacional seria suficiente para superar as atuais mazelas no funcionamento do mercado de trabalho torna-se cada vez mais uma falácia, especialmente quando o processo de aprendizagem encontra-se subordinado exclusivamente a uma funcionalidade do conhecimento. Deve-se adiantar, contudo, que não se trata de contestar o papel libertador que a educação pode ter para o conjunto da sociedade quando associada à aprendizagem das distintas visões de mundo (aprender para fazer, para conhecer, para conviver e para ser) (Pochmann, 2002, p. 78).

A educação que não estabelece relação direta com o mundo do trabalho é muito mais ampla, uma vez que possibilita o desenvolvimento de políticas e ações concretas que rompem definitivamente com o quadro social e econômico atual.

Pesquisa realizada por Segnini (2000) aponta um debate necessário sobre a noção de empregabilidade. A noção de que quanto melhor a escolaridade mais empregável é o sujeito transfere para o indivíduo a total responsabilidade sobre sua educação e qualificação. A relação entre educação, trabalho e desenvolvimento percorrem caminhos e discursos políticos que são observados atualmente.

Parece haver uma névoa sobre essa relação, ou melhor, não é possível enxergá-la bem porque é portadora de excesso de luminosidade e, ao mesmo tempo, forma elementos que constroem o consenso, no interior de conflitos e interesses antagônicos. Essa relação aparece como uma ideologia conservadora de nosso tempo, no sentido de que assegura coesão social, legítima e dissimula a ordem social existente.

Macedo e Casimiro (2002) discutem o conhecimento escolar organizado em disciplinas (vistas ainda como indispensáveis instrumentos de sistematização de saberes e habilidades), mas não se restringem mais aos limites disciplinares. O discurso da integração curricular está sendo proposto e justificado por mudanças dos processos de trabalho e de organização do conhecimento no mundo globalizado. A possível identificação, nas propostas curriculares, de expressões comuns àquelas utilizadas em outros momentos históricos do passado, não é garantia de que os mesmos sentidos se reproduzam, nem que estejam sendo perseguidas as mesmas finalidades educacionais.

Em diferentes momentos, marcaram este debate, em especial: politecnia e polivalência; inovação nos sistemas de produção e demanda por qualificações; centralidade da educação básica; e qualificação. O surgimento de noções de competências, habilidades, qualidade total, empregabilidade, engendra fundamentalmente a ênfase ideológica, e tais noções não se constituem em conceitos ou termos epistemológicos, já que lhes falta a materialidade histórica (Frigotto, 2000). Trata-se de processos educacionais e de formação técnico-profissional de tipo “novo”, definidos pelas leis do mercado.

As transformações nas relações de produção, mediadas pela revolução industrial, demandam do trabalhador a incorporação do conhecimento científico e tecnológico no processo de trabalho. Fiod (1999) propõe que o ensino, neste contexto, ganha complexidade, considerando que milhões de trabalhadores têm seu trabalho precarizado ou simplesmente estão desempregados, sendo subordinados às relações sociais de exploração.

Sobre os processos de conhecimento e de formação, Levitt (1999) mostra como o capital, sob as novas tecnologias informáticas, apropria-se do saber tácito dos trabalhadores. Trata-se, segundo o autor, de um processo de expropriação/apropriação do saber-fazer dos trabalhadores, elaborado teórica e praticamente ao longo de suas vidas. Retomando o debate sobre os descaminhos da formação profissional e humana no contexto da contemporaneidade, Cruz (1999) afirma que a formação profissional tem sido subordinada ao caráter ideológico e instrumental do trabalho ao capital.

Sobre a condição da educação como prática mediadora da existência histórica dos homens, Severino (2000) explicita os desafios e compromissos da educação diante do atual contexto social brasileiro. Esta condição exige um redimensionamento de todas as práticas mediadoras de sua realidade histórica, seja o trabalho, a sociabilidade ou a cultura simbólica.

Argumentando que “a nova era do mercado” está centrada não mais nas relações de poder, mas numa “sociedade do conhecimento”, Frigotto (2000) afirma que os sistemas educacionais e de formação técnico-profissional passam a assumir um duplo papel: substituem ou eliminam a luta de classes e habilitam as nações e os sujeitos a se integrarem às economias globalizadas e aos mercados competitivos.

Tendo em vista que os sistemas educacionais e de formação desenvolvem as competências exigidas pelo “mercado”, como mecanismo fundamental que permite aos sujeitos “empregabilidade”, isto significa, num plano societário mais amplo, segundo Frigotto (2000), um retorno à situação que permite ao sujeito acusar a vítima como única responsável por sua infelicidade.

A própria idéia de “qualificação” passa a ter um novo recorte, sendo considerada menos como “um estoque de conhecimento/habilidades”, mas, sobretudo como a competência ou capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis. Na verdade, é algo adequado à lógica do sistema capitalista vinculada à captura da subjetividade pela valorização do capital. Tal postura é contraditória, uma vez que, por um lado, reafirma a necessidade de qualificação e, por outro, nega a qualificação como suficiente para o mercado de trabalho. Surge, assim, como uma poderosa operação ideológica, ditando práticas de constante busca, por parte dos jovens, por se adequarem à qualificação para a competitividade.

A partir da década de 90, observa-se a implementação das chamadas políticas neoliberais, cujos desdobramentos tem sido a reconfiguração da atuação do Estado e do mundo do trabalho, visando à retomada da rentabilidade do capital. “Como consequência dessa reconfiguração a educação passa por transformações profundas nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se às demandas a ela apresentadas.”(Martins, 2005).

As questões do trabalho e, mais especificamente, do emprego remetem ao âmbito das políticas públicas e sua relação com a educação quanto ao preparo da juventude para o ingresso no mundo do trabalho. Os autores Frigotto (2000), Segnini (2000, 2001), Macedo e Casimiro (2002), Levitt (1999), Fiod (1999), Severino (2000), centrados na questão do trabalho e da educação, discutem sobre aceitar ou negar a “nova era do mercado” e suas consequências para os sujeitos.

Considerando o valor da disseminação da educação como condição para o desenvolvimento sustentado do país. O Brasil, seguindo o modelo americano, descentralizado, estimulou um crescimento impressionante do sistema, no fim do último milênio (Siqueira, 2005). O estímulo foi focado nos seguintes aspectos: em número de instituições; tipos de titulação: licenciatura plena, licenciatura curta e sequencial; nos modos de oferta à distância, intensivos, diurnos, noturnos; e cobertura geográfica.

Porém frente às transformações do mundo do trabalho, as novas áreas de atuação profissional e os novos requisitos exigidos do trabalhador, surgem armadilhas estendidas em torno deste problema que, segundo (Esteves, 1997), começam a partir do momento em que só entram em cena as vítimas da situação e são consumadas quando, direta ou indiretamente, as próprias vítimas são transformadas em responsáveis da própria situação: quer quando atingidas pelo desemprego; quer quando submetidas à experiência das formas atípicas e precárias de emprego; quer quando confinados a posições de emprego desqualificadas. Cumpre o papel da educação social e da pedagogia social, como uma forma de postular novas práticas formativas e educativas que concorram para a superação das relações sociais capitalistas.

CONCLUSÃO

Ao seguir este caminho de reflexão pretendeu-se desenvolver uma análise sobre os valores educacionais relacionando aos discursos da educação para o trabalho. Uma das dificuldades do preparo da juventude para o ingresso no mundo do trabalho é que o planejamento educacional deve se assentar para a realidade local, atendendo às demandas e verdadeiras necessidades do trabalho, visando à promoção integral das potencialidades do ser humano.

De forma mais ampla nas mediações entre educação e trabalho, as políticas públicas adotadas pelo sistema educacional brasileiro, tem privilegiado a qualificação para o trabalho determinada por oportunidades locais e pontuais. Atendendo a ideologia das demandas do mercado, a formação para o trabalho historicamente tem se concentrando em um tipo de formação mais técnica e específica.

Para Ferreti (1997) as relações entre a qualificação profissional e, por isso mesmo, entre a educação (geral e específica) e a globalização da economia de mercado e suas pressões por produtividade e competitividade, por sua vez indutoras/beneficiárias das transformações na produção, baseadas nas e/ou potencializadas pelas inovações tecnológicas.

Ao pensarmos a educação devemos discutir novas necessidades na relação de aprendizagem com um resgate dos direitos do acesso à educação de uma forma ampla e abrangente e não restrita a um número possível de posições e condições socialmente fundadas. Desses direitos que devem se efetivar sem a distinção de ordem, seja de raça, cor, gênero, nacionalidade, língua, religião, opinião ou origens sociais, como assinala a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A educação deve buscar formas concretas para atingir mudanças sociais e para tal postura é fundamental pensar o trabalho enquanto uma categoria básica de organização da dinâmica social, pois é pelo trabalho que o homem tem constituído o sentido da consciência de si mesmo na sociedade (Vigotski, 2000). Por outro lado a ausência do trabalho pode significar para o sujeito a sua inutilidade frente ao mundo e a incapacidade de mudança de sua realidade presente.

Sobre o destino dos pobres para os que só podem viver do trabalho de seus braços há a seguinte situação: “está submetido à dupla coerção de ter que trabalhar e de não o poder fazer” (Castel, 2001, p. 56). Esta situação revela uma estrutura perversa na relação entre educação para o trabalho e a ausência de postos de trabalho. Portanto, a educação para a vida e para o trabalho futuro é elemento fundamental da cidadania e autonomia da pessoa. Insistindo no sonho por dignidade para todos; apropriamo-nos das palavras de Freire (1987) para reiterar a certeza de que a nossa “passagem pelo mundo não é pré-determinada, pré estabelecida. Que o ‘destino’ não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não podemos nos eximir”. (1987, p. 58).

Cumprida a pedagogia social repensar as propostas de formação profissional e diagnosticar os limites e problemas inerentes às atuais políticas de formação, pois a educação não depende somente de discursos ou da enunciação dos valores, a educação deve enfrentar a difícil tarefa de programar ações que visem à promoção da justiça e da equidade social e da igualdade entre os homens.

Ao refletir sobre o paradigma educação e trabalho. Não importa seguir criticando as políticas, mas apontar novas formas de se fazer o trabalho e a vida em sociedade. Importa pensar o que fazer e como fazer para tornar a realidade melhor do que ela é, ou seja, como atingir os valores proclamados pela educação social.

A partir das constatações dos caminhos e (des) caminhos da educação é preciso repensar a problemática da formação profissional, como uma estratégia de instrumentalização do saber do trabalho e suas repercussões sobre a qualidade da vida e das relações entre as pessoas. É indispensável refletir sobre as estratégias educacionais para que os documentos internacionais sejam traduzidos em atos capazes de conduzir projetos concretizados de mudança na realidade.

Neste sentido se resgata novamente o pensamento Freire (1987) sobre a possibilidade de o homem participar ativamente da construção da história e da transformação de sua realidade material. A preocupação com o trabalho se faz presente nas situações de vida das pessoas e descreve um contexto de degradação crescente: de relações sociais e de maneira ampla, de relações referentes ao mundo. Conforme os pressupostos conceituais da pedagogia social, somos todos os sujeitos do presente e, nessa condição, autores de futuro (Baptista, I., 2008). A este respeito à educação social, deve assumir e desenvolver seu papel fortemente vinculado às questões sociais relativas ao ensino e ao trabalho. A educação deve ser vista como prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática de dominação, implica na negação do

homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente nos homens. A educação necessita de ética porque está fundamentada em valores e também necessita de técnica porque deve oferecer os frutos esperados pelos indivíduos e pela sociedade no sentido de promover a cidadania.

Numerosos estudos são produzidos visando entender as relações entre aprendizagem e trabalho, buscam que o sujeito aprenda de forma mais significativa para si e para o mundo uma aprendizagem de tomada de consciência de sua realidade coletiva. Se o objeto da educação é transformar a realidade e as condições de vida progressivamente melhores, os sentidos da acumulação de diferentes saberes relativos ao trabalho devem fornecer diferentes pistas e perspectivas sobre a vida futura dos sujeitos. “O conhecimento das leis da solidariedade” é fundamentalmente, a tomada de consciência da interdependência das partes em sua relação com o todo, que é a lei natural para os vivos e a lei social para a humanidade” (Castel, 2001, p. 356).

Se o trabalho deve satisfazer as exigências da subjetividade como parte constitutiva do sujeito e a educação social, deve ser um esforço de formas diferentes de produção de conhecimento que permitem a criação de saberes teóricos práticos acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica. Neste sentido o aprender a empreender, encontra o elemento comum do outro, como traço de sua necessidade de relação, solidariedade e de apoio, na luta pela sobrevivência.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. (2007a) Aprendizagem ao longo da vida e regulação socio comunitária da educação. Em *Cadernos de Pedagogia Social*, Porto Alegre: Editora da UCP, p. 8-40.

_____ (2007b). Co-autoria com FONSECA, A. **Imprevisíveis itinerários de transição escola-trabalho**. Fundação Manuel Leão. Vila Nova de Gaia.

BAPTISTA, I. (2005). **Dar rosto ao futuro, a educação como compromisso ético**. Porto Alegre: Profedições.

BAPTISTA, I. (2007) Políticas de alteridade e cidadania solidária as perguntas da Pedagogia Social. Em *Cadernos de Pedagogia Social*, Porto Alegre: Editora da UCP, p. 136-150.

BOTOMÉ, S.P. (no prelo) Como decidir o que ensinar: objetivos de ensino, necessidades sociais e tecnologia educacional. Editora Papyrus (SP) e Editora da Universidade de Caxias do Sul (RS).

CASTEL, R.(2001) **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes.

CLOT, Y. (2006) **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis, R.J: Editora Vozes.

CRUZ, R. M. (1999) Formação profissional e formação humana: os (des)caminhos da relação homem-trabalho na modernidade. *In*: AUED, B. W. (Org.). Educação para o (des)emprego. Petrópolis (RJ): Vozes.

DELORS, J. e Cols. (2000) **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, UNESCO.

EDUCAÇÃO JÁ (2008) Jornal eletrônico sobre educação no Brasil. Disponível em: http://educacao-ja.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=141.

- ESTEVEES, A. J. (1997) Transição ao trabalho e posturas de investigação e intervenção sociais. Rev. Fac. Educ. [on-line]. v. 23, n. 1.
- FERRETTI, C. J. (1997) Vocational education and its reform in Brail in the 90's. Educ. Soc. [online]. v. 18, n. 59 [cited 2008-03-18], pp. 225-269.
- FIOD, E. G. M. (1999) **Politecnia**: a educação do molusco que vira homem. *In*: AUED, B. W. (Org.). Educação para o (des)emprego. Petrópolis (RJ): Vozes.
- FREIRE, P. (1987) **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FRIGOTTO, G. (2000) Prefácio. *In*: AUED, B. W. (Org.). Educação para o (des) emprego (ou quando estar liberto da necessidade do emprego é um tormento). Petrópolis (RJ): Vozes.
- GOMES, C.A.C. (2001) Dos valores proclamados aos valores vividos. UNESCO Brasil, série educação, 7.
- LEVITT, K. P. (1999) De volta ao futuro: Kalr Polanyi sobre a crise econômica mundial dos anos 30: lições para a iminente recessão global. *In*: AUED, B. W. (Org.). Educação para o (des)emprego. Petrópolis (RJ): Vozes.
- MACEDO, E.; CASIMIRO, A. L. (ORG.) (2002) Disciplinas e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A.
- MARTINS, L. S. (2005) Os “sentidos do trabalho” docente universitário em tempos neoliberais. Revista da UFG, Vol. 7, No. 2, dezembro.
- POCHMANN, M. (2002) E-trabalho. São Paulo: Publisher.
- SIQUEIRA, M. M.(2005) Higher learning and university. RAE electron., São Paulo, v. 4, n. 1, 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-2106-2005-001>: 21 Out. 2006.
- SEVERINO, A. J. (2000) Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. São Paulo Perspec., v. 14, n. 2, p. 65-71, abr./jun.
- SEGNINI, L. R. P. (2001) Entre o desemprego e a engrenagem do emprego precário. *In*: IV ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO DA ABET, 2001, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Softwaresi.
- SEGNINI, L. R. P. (2000) **Educação e trabalho**: uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo Perspec., v. 14, n. 2, p. 72-81, abr./jun. 2000.
- VIGOTSKI, L. S. (2000) **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes.